

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2018
e Relatório sobre a Revisão de Demonstrações
Financeiras Intermediárias Individuais e
Consolidadas

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Tarpon Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tarpon Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Tarpon Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Individual		Consolidado		Passivo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	51	33.020	28.285	Contas a pagar	13	7.657	7.271	212	462
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5	-	-	23.887	25.585	Obrigações societárias	16.c	2.421	2.421	2.421	2.421
Receíveis	7	-	-	342	658	Obrigações tributárias	14	347	364	6.295	6.307
Impostos a compensar	8	205	203	1.680	452	Obrigações trabalhistas	15	14	14	11.308	2.195
Outros ativos	9	-	-	8.449	8.129	Total		10.439	10.070	20.236	11.385
Total		209	254	67.378	63.109						
Não circulante						Não circulante					
Impostos a compensar	8	1.087	1.075	1.087	1.075	Impostos diferidos	22.b	-	-	320	295
Impostos diferidos	22.b	-	-	1.327	-	Total		-	-	320	295
Investimento	10	58.634	61.518	-	-						
Imobilizado	11	-	-	85	101						
Intangível	12	-	-	170	172						
Total		59.721	62.593	2.669	1.348						
Patrimônio líquido						Patrimônio líquido					
						Capital social	16.a	7.085	7.085	7.085	7.085
						Reserva de capital	16.e	3.236	3.236	3.236	3.236
						Ações em tesouraria	16.g	(624)	(624)	(624)	(624)
						Reserva legal	16.b	1.415	1.415	1.415	1.415
						Reserva de lucro	16.f	7.072	7.072	7.072	7.072
						Plano de opções		21.819	21.697	21.819	21.697
						Ajuste acumulado de conversão		13.036	12.896	13.036	12.896
						Prejuízos acumulados		(3.548)	-	(3.548)	-
						Total		49.491	52.777	49.491	52.777
Total do ativo		59.930	62.847	70.047	64.457	Total do passivo e patrimônio líquido		59.930	62.847	70.047	64.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas de resultados

Em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de administração		-	-	9.779	12.344
Receita operacional líquida	18	-	-	9.779	12.344
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com pessoal	15	-	-	(12.566)	(12.004)
Plano de opções	21	-	-	(122)	(291)
Despesas administrativas	19	(386)	(232)	(1.582)	(1.640)
Resultado com ativos financeiros	20	14	-	398	321
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.146)	(2.960)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		(30)	(17)	(60)	50
		(3.548)	(3.209)	(13.932)	(13.564)
Resultado operacional		(3.548)	(3.209)	(4.153)	(1.220)
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	605	(1.989)
Corrente		-	-	(697)	(1.958)
Diferido		-	-	1.302	(31)
(Prejuízo) do período		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)
Atribuível aos controladores		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)
Número de ações em circulação no final do período		43.959	44.115	43.959	44.115
(Prejuízo) básico por ação	17.a	(0,08)	(0,07)	(0,08)	(0,07)
(Prejuízo) básico diluído por ação	17.b	(0,08)	(0,07)	(0,08)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo do período		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)
Resultados abrangentes		140	(1.003)	140	(1.003)
Ajuste acumulado de conversão	10	140	(1.003)	140	(1.003)
Resultado abrangente total		(3.408)	(4.212)	(3.408)	(4.212)
Resultado abrangente atribuído aos controladores		(3.408)	(4.212)	(3.408)	(4.212)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Atividades operacionais					
(Prejuízo) do período		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	11, 12 & 19	-	-	26	80
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.146	2.960	-	-
Aumento do plano de opções	21	-	-	122	291
Provisão de gratificação, encargos e participação nos lucros		-	-	10.199	8.481
Ajuste de marcação a mercado de ativos financeiros derivativos	6.c	-	-	-	302
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	697	1.958
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(1.302)	31
(Prejuízo) do exercício ajustado		(402)	(249)	6.194	7.934
Variações de ativos e passivos					
(Aumento)/redução de recebíveis		-	-	316	(916)
(Aumento)/redução de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	5	-	-	1.698	(26)
(Aumento) de impostos a compensar		(14)	-	(470)	-
(Aumento)/redução de outros ativos		-	578	(320)	3.240
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		-	(2)	(1.086)	175
Aumento/(redução) de contas a pagar		386	(89)	(250)	(260)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias		(17)	21	721	(31)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.200)	(1.664)
Caixa líquido das atividades operacionais		(47)	259	4.603	8.452
Atividades de investimentos					
Recebimento de dividendos		-	5.511	-	-
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(8)	59
Caixa líquido das atividades de investimentos		-	5.511	(8)	59
Atividades de financiamento					
Dividendos pagos no período	16.c	-	(243)	-	(243)
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	(243)	-	(243)
Total do fluxo de caixa		(47)	5.527	4.595	8.268
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(47)	5.527	4.595	8.268
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	51	250	28.285	25.742
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	140	(734)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	4	5.777	33.020	33.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações intermediárias consolidadas das mutações do patrimônio líquido (controladora)

Em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de lucro</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>(-) Ações em tesouraria</u>	<u>Plano de opções</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>(Prejuízo) do período</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	Notas	7.085	1.968	1.268	1.415	-	20.758	12.236	3.462	-	48.192
Plano de opções	21	-	-	-	-	-	291	-	-	-	291
Ajuste acumulado de conversão	10	-	-	-	-	-	-	(1.003)	-	-	(1.003)
Distribuição de dividendos do período		-	-	-	-	-	-	-	(3.462)	-	(3.462)
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.209)	(3.209)
Saldo em 31 de março de 2017		7.085	1.968	1.268	1.415	-	21.049	11.233	-	(3.209)	40.809
Saldo em 31 de dezembro de 2017	Notas	7.085	3.236	7.072	1.415	(624)	21.697	12.896	-	-	52.777
Plano de opções	21	-	-	-	-	-	122	-	-	-	122
Ajuste acumulado de conversão	10	-	-	-	-	-	-	140	-	-	140
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.548)	(3.548)
Saldo em 31 de março de 2018		7.085	3.236	7.072	1.415	(624)	21.819	13.036	-	(3.548)	49.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado

Em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de administração (bruta)	18	-	-	10.055	12.609
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(416)	(249)	(1.738)	(1.802)
Valor adicionado bruto		(416)	(249)	8.317	10.807
Retenções					
(-) Depreciação, amortização e/ou exaustão	19	-	-	(26)	(80)
Valor adicionado líquido produzido		(416)	(249)	8.291	10.727
Valor adicionado recebido em transferência		(3.132)	(2.960)	398	321
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.146)	(2.960)	-	-
Receitas e despesas financeiras	20	14	-	398	321
Valor adicionado total a distribuir		(3.548)	(3.209)	8.689	11.048
Distribuição do valor adicionado		(3.548)	(3.209)	8.689	11.048
Pessoal		-	-	12.566	12.004
Remuneração direta e encargos	15	-	-	12.566	12.004
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		-	-	(329)	2.253
Municipais		-	-	(530)	2.024
		-	-	201	229
Remuneração do capital próprio		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)
Prejuízo do período		(3.548)	(3.209)	(3.548)	(3.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia” ou “Tarpon”) foi fundada em setembro de 2002, inicialmente organizada sob a forma de sociedade limitada, com sede a Rua Iguatemi, nº 151 - 23º andar, São Paulo/SP, tendo por objeto social atuar como administradora de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestora de recursos de terceiros, por meio de fundos de investimento, carteiras administradas e outros veículos de investimentos (“Fundos Tarpon”). Em dezembro de 2003, a Companhia procedeu à transformação para sociedade anônima.

Em julho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY, Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Esta subsidiária está em processo de encerramento de suas atividades. Em 28 de março de 2012, houve a transferência das ações da Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd. da TIG Holding NY LLC para a Tarpon Investimentos S.A. Por fim, em 25 de abril de 2012, a Companhia formou a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), cujo propósito é atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior.

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância no CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados em razão dessas práticas contábeis terem sido aplicadas de maneira consistente. Assim sendo, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Tarpon.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2018.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Tarpon Gestora (investida) possui como moeda funcional Reais (R\$). A TISA NY, Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd., possuem como moeda funcional o Dólar Americano (US\$).

2.3 Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetem a aplicação dos princípios contábeis, bem como os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas incluindo a determinação dos valores de mercado de títulos e plano de opções de compra de ações e também para os passivos contingentes, provisões e obrigações legais. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As premissas e as estimativas são revisadas trimestralmente e anualmente.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem a Tarpon Gestora de Recursos S.A., TISA NY, Inc., Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd.

Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”)

Em 25 de abril de 2012, a Tarpon Investimentos S.A. passou a deter a totalidade das ações da Tarpon Gestora, totalizando 500 ações ao valor unitário de R\$ 1,00.

Em 31 de agosto de 2012, houve aumento do capital social para R\$ 763 com a emissão de 762.292 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

TISA NY, Inc. (“TISA NY”)

A TISA NY é uma subsidiária integral da Companhia. O resultado da TISA NY e seu respectivo investimento são avaliados por método de equivalência patrimonial (demonstrações financeiras individuais) que têm a moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.

Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd.

Em 28 de março de 2012, a Companhia passou a deter a totalidade das ações da Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e da TSOP Ltd. Essas empresas atuam como general partner (sócio gerente) de determinados fundos de investimento estrangeiros e tem sua moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.

Os investimentos nas subsidiárias no exterior são convertidos para a moeda de apresentação, conforme abaixo:

- Os saldos dos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio oficial, vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas;

- As contas de resultado são convertidas pela cotação do câmbio na data de cada transação; e
- Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados, na rubrica “ajuste acumulado de conversão”, sendo o efeito de conversão dos recursos em moeda estrangeira no consolidado, apresentado segregadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

O valor dos investimentos nas controladas e todos os saldos entre essas empresas foram eliminados na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

2.5 Normas e interpretações emitidas e adotadas

As normas e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, quando aplicáveis, foram adotadas pela Tarpon.

Normas e interpretações emitidas e adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 9 (CPC 48)	O IFRS 9 introduziu novos requerimentos para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e desreconhecimento de passivos financeiros; (b) requerimentos de impairment para ativos financeiros; (c) contabilização de hedge e (d) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes para alguns instrumentos de dívidas simples. Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	Em relação as aplicações da referida norma, a Companhia avaliou que: (a) as alterações de mensuração de ativos e passivos financeiros não trouxeram impactos em sua adoção, considerando os atuais ativos e passivos financeiros da Companhia e seu atual modelo de negócio; (b) as alterações de classificação de ativos e passivos financeiros também não trouxeram impactos relevantes, pois os atuais ativos financeiros mensurados a valor justo, como aplicações em CDB e outros títulos e valores mobiliários continuaram sendo apresentados como ativos a valor justo; os recebíveis derivados das receitas de gestão e performance continuaram sendo apresentados como ativos a custo amortizado; e os passivos financeiros como contas a pagar continuaram sendo apresentados como passivos a custo amortizado; (c) os requerimentos de impairment para ativos financeiros não tiveram impactos relevantes em sua adoção, pois a Companhia não possui montantes relevantes de ativos financeiros com risco de crédito que seriam objeto de metodologias de impairment; (d) os requerimentos de contabilização de hedge não trouxeram impactos em sua adoção, pois a Companhia não opera atualmente com instrumentos financeiros derivativos; e (e) com relação aos critérios de reconhecimento de valor justo através de outros resultados abrangentes, também não tiveram impactos relevantes em sua adoção, pois não possui atualmente ativos financeiros nessas condições.
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de contratos com clientes - estabelece um modelo simples e claro para as entidades utilizarem na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes, substituindo as orientações atuais de reconhecimento de receita do IAS 18/CPC 30(R1) e IAS 11/CPC 17(R1). Esta norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A Administração avaliou que a adoção deste pronunciamento não trouxe qualquer impacto no reconhecimento das receitas atuais da Companhia, pois tais receitas são derivadas da taxa de gestão e performance dos fundos geridos, cujo os critérios de obrigação de desempenho são definidos nos regulamentos dos fundos, e isso é semelhante à identificação atual de componentes de receita e atendimento das obrigações de desempenho do IAS 18/CPC 30(R1).

Alteração ao IFRS 2 (CPC 10)	As alterações esclarecem (a) sobre a forma de estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ação, quando liquidados em caixa; (b) classificação das operações quando possuírem “uma característica de liquidação de forma líquida” e (c) contabilização do pagamento baseado em ações que altera a liquidação de “liquidado em caixa” para “liquidado por meio de instrumentos patrimoniais”. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A Administração avaliou que as alterações trazidas pela norma, não causaram impactos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que o plano atual de pagamento baseado em ações é do tipo liquidado através de instrumentos de patrimônio.
Alterações ao IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36 e CPC 18)	As alterações abordam situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Data de início de aplicação ainda não definida.	A aplicação dessas alterações não trará qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não são aplicáveis às atuais operações da Companhia.
Alterações IAS 40 (CPC 28)	As alterações esclarecem que uma transferência para, ou a partir de propriedades para investimento, exige uma avaliação sobre se uma propriedade se enquadra, ou deixou de se enquadrar, na definição de propriedade para investimento, apoiada por evidências observáveis de uma mudança no uso. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não são aplicáveis às atuais operações da Companhia.
IFRS 1/CPC 37 e IAS 28/CPC 18 (melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2014-2016)	As alterações esclarecem que a opção feita por uma organização de capital de risco e outras entidades semelhantes para mensurar investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado está disponível separadamente para cada coligada ou joint venture, e essa escolha deve ser feita no momento do reconhecimento inicial da coligada ou joint venture. Aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que a Companhia não é adotante inicial das IFRSs, nem uma organização de capital de risco, e não tem nenhuma coligada ou joint venture que seja uma entidade de investimento.
IFRIC 22	A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação” com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). Aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que a mesma já adota a data da transação envolvendo pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira de forma consistente com as alterações.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia e suas controladas e subsidiárias no exterior no trimestre findo em 31 de março de 2018.

a. Receitas

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), baseado nos respectivos regulamentos e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados substancialmente por aplicações da Companhia em Títulos Públicos atrelados ao Selic. Os juros, ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros”.

Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos foram liquidados em 22 de maio de 2017, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.c.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

e. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

Os investimentos em controladas e em subsidiárias no exterior são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras intermediárias individuais.

f. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiros são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h. Depósitos judiciais

Estão representados por depósitos judiciais efetuados pela Companhia para interposição de recursos e discussão da incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre receitas provenientes do exterior. (nota 23a).

i. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

j. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (vide nota 23) são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

k. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pró-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

l. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Tarpon Investimentos S.A. e sua controlada Tarpon Gestora de Recursos S.A. utilizaram como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que superar a R\$ 240 ao ano, ou, R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%. A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras intermediárias, o crédito tributário incidente sobre diferenças temporárias.

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. adotou o regime do Lucro Presumido para apuração de seus impostos, utilizando alíquota de 32% sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviços adicionando as receitas financeiras e ganhos de capital para a formação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social e aplicando-se as alíquotas de 15% de imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido tributável excedente à R\$60 no trimestre e 9% de contribuição social.

As alíquotas de PIS e COFINS, no trimestre findo em 31 de março de 2018, estão sob regime não-cumulativo de apuração. As alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,60% respectivamente (regime cumulativo em 31 de março de 2017, com alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,00% para COFINS), na apuração dos tributos na Tarpon Gestora, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas da gestão dos fundos nacionais. São apurados créditos sobre insumos, tais como: custos com energia elétrica, aluguel, depreciação e amortização.

A base de receitas financeiras também é tributada, sendo utilizadas as alíquotas de PIS e COFINS em de 0,65% e 4,00% respectivamente.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais e estrangeiros, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

m. Outros ativos e passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pró-rata” dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pró-rata” dia) incorridos.

n. Recebíveis

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

o. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

p. Resultado abrangente

Resultante do efeito da variação cambial na conversão do balanço da subsidiária no exterior.

q. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para os IFRS representam informação financeira suplementar.

r. (Prejuízo) por ação (básico e diluído)

O prejuízo básico por ação é calculado por meio dos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação nos respectivos períodos. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação e IAS 33.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados no individual e consolidado pelos saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento em até 90 dias da data das suas realizações.

Em 31 de março de 2018 e 2017, os saldos estavam assim representados:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	51	33.020	28.285
	4	51	33.020	28.285

5 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de março de 2018 e 2017, os ativos financeiros estavam assim representados:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (i)	23.887	23.614
CDB (ii)	-	1.971
	23.887	25.585

- i. Aplicação em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), junto à XP Investimentos, classificado como nível 2 e remunerado pela SELIC efetiva. Montante representado por 3 (três) aplicações em diferentes momentos, com respectivos vencimentos para: março de 2019; setembro de 2020; e, setembro de 2023. Estas operações estão classificadas no curto prazo devido estes serem de liquidez diária.

- ii. Produtos indexados à variação do DI, aplicados junto ao Itaú Unibanco S/A. Seu valor justo é classificado como nível 2 considerando a existência de liquidez diária e a indexação ao DI, sendo os ajustes diários informados pela Instituição Financeira. As aplicações em CDB do Itaú Unibanco S/A. foram resgatadas integralmente no trimestre findo em 31 de março de 2018.

6 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta basicamente a riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros, entre os quais:

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A política da Companhia é minimizar a exposição ao risco de crédito, revisando e aprovando todas as decisões sobre investimentos para garantir que eles sejam feitos somente em ativos de alta liquidez, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito está demonstrada nas notas 4, 5 e 7.

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado como taxa de juros e cotações em bolsa de valores, afetem a receita ou o valor de seus instrumentos financeiros. A política da Companhia é minimizar a sua exposição ao risco de mercado, buscando diversificar a aplicação de seus recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Risco de moeda

Exceto pela participação em subsidiária no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional e de reporte da Companhia, não possuímos exposição significativa ao risco cambial.

b. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

	Método de avaliação em Março/2018 e dezembro/2017	Exposição a risco de valor de mercado?
Aplicação em CDB	Corrigido pela taxa de indexação – DI	Não
LFT	Corrigido pela taxa Selic	Não

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não detinha qualquer operação com instrumentos financeiros derivativos.

Em 22 de maio de 2017 a Companhia, por meio de sua subsidiária – Tarpon Gestora, liquidou seu contrato de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (swap) junto ao Banco Itaú BBA S.A., do qual a Companhia tinha posição ativa na variação do preço das ações ordinárias de sua emissão e passiva na variação de 100% do CDI acrescido de uma taxa pré-fixada. O resultado apurado na operação, no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi de R\$ 302 negativo (nota 20) contabilizado no resultado no grupo “Resultado com ativos financeiros”.

d. Ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado

Os Ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tais como recebíveis, outros ativos, contas a pagar e obrigações societárias, possuem valores justos iguais aos valores contábeis.

7 Recebíveis

As taxas de administração devidas pelos Fundos Tarpon locais são calculadas mensalmente e pagas no início do período subsequente, conforme o respectivo regulamento.

As taxas de performance são calculadas, semestralmente, anualmente ou bianualmente e pagas nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e em 31 de dezembro de cada ano, conforme o respectivo regulamento.

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Taxa de administração	340	327
Taxa de performance	2	331
	342	658

8 Impostos a compensar

O saldo de tributos a recuperar está representado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, desta forma:

Curto prazo	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo de IRPJ e CSLL (i)	186	184	186	184
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	770	-
Contribuições retidas na fonte	19	19	19	19
Impostos a compensar - TISA NY	-	-	540	124
Outros	-	-	165	125
	205	203	1.680	452

Longo prazo	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo de IRPJ e CSLL	1.087	1.075	1.087	1.075
	1.087	1.075	1.087	1.075

Total dos impostos a compensar	1.292	1.278	2.767	1.527
---------------------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------

- (i) Em 2017, a Companhia realizou junto à Receita Federal do Brasil, pedido de restituição do saldo de IRPJ de 2013. O valor do principal, é de R\$ 737, atualizado via SELIC conforme apresentado.

9 Outros ativos

O saldo de outros ativos, está representado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, desta forma:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento a fornecedores	1.360	1.669
Despesas a reembolsar - Fundos	1.638	1.278
Depósito judicial - ISS (nota 23.a)	4.727	4.471
Outros	724	711
	8.449	8.129

10 Investimento

Abaixo seguem os quadros de movimentação dos saldos das investidas Tarpon Gestora, TISA NY, Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd.

TISA NY, Inc.

TISA NY, Inc. - Movimentação do investimento (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.606
<hr/>	
Movimentação	
Equivalência patrimonial	314
Ajuste de variação cambial	140
	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2018	28.060
	<hr/> <hr/>

TISA NY – em R\$ mil – Acumulado

Em USD - Mil		Em R\$ - Mil					
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	Resultado em 31 de março de 2018	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	Resultado em 31 de março de 2018	Variação cambial acumulada	Percentual de participação no capital	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido em 31 de março de 2018
8.345	97	27.606	314	140	100%	314	28.060

Tarpon Gestora de Recursos S/A.

Tarpon Gestora de Recursos S/A. - Movimentação do investimento (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.811
<hr/>	
Movimentação	
Equivalência patrimonial	(3.460)
Aporte na controlada, referente ao plano de opções	122
	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2018	30.473
	<hr/> <hr/>

Em R\$ - Mil						Patrimônio líquido em 31 de março de 2018
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	Resultado em 31 de março de 2018	Percentual de participação no capital	Equivalência patrimonial	Aportes - Plano de opções		
33.811	(3.460)	100%	(3.460)	122		30.473

Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd.

Os investimentos nas controladas Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd. equivalem a R\$ 101 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

11 Imobilizado

O imobilizado da Companhia é composto por:

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apenas a Tarpon Gestora de Recursos S.A., possui ativo imobilizado registrados em seu balanço.

Bens	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Aquisições	(-) Depreciação	Saldo em 31 de março de 2018
Máquinas e equipamentos	15	-	(1)	14
Computadores	85	-	(22)	63
Equipamentos de telefonia	1	8	(1)	8
Total	101	8	(24)	85

12 Intangível

Refere-se a software desenvolvido internamente com o custo de R\$ 188 e vida útil estimada em 20 anos. Em 31 de março de 2018 o saldo líquido do ativo intangível é de R\$ 170 (R\$ 172 em 31 de dezembro de 2017) e a amortização deste software foi de R\$ 2 no trimestre.

13 Contas a pagar

As contas a pagar da Companhia são compostas da seguinte forma:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos com partes relacionadas (nota 24)	6.292	6.292	-	-
Fornecedores e locações	-	-	84	340
Prestação de serviços	-	-	128	122
Outros (nota 24)	1.365	979	-	-
	7.657	7.271	212	462

14 Obrigações tributárias

Os saldos são compostos pelos tributos próprios e de terceiros a pagar:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	1.104	1.430
PIS e COFINS a pagar	-	8	24	32
IOF e ISS a pagar	330	330	414	343
Provisão para contingências fiscais (nota 23)	-	-	4.727	4.471
Impostos retidos de terceiros	17	26	26	31
	347	364	6.295	6.307

15 Obrigações trabalhistas e despesas de pessoal

As obrigações sociais e trabalhistas estão compostas da seguinte forma:

O saldo é composto por encargos sociais sobre salários, provisão de férias, décimo terceiro salário, participação nos lucros e resultados e gratificação. Em 31 de março de 2018 os montantes eram: consolidado de R\$ 11.308 (31 de dezembro de 2017 consolidado de R\$ 2.195) e individual em 31 de março de 2018 de R\$ 14 (31 de dezembro de 2017, individual de R\$ 14).

As despesas de pessoal no trimestre findo em 31 de março de 2018 apresentaram montantes no consolidado de R\$ 12.566 (R\$ 12.004 em 31 de março de 2017), no resultado e são compostas por remuneração, encargos sociais, participação nos lucros e resultados e gratificação.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 7.085 (R\$ 7.085 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 44.115 mil (44.115 mil em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas emitidas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não poderá exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de março de 2018, o saldo de reserva legal é de R\$ 1.415 (R\$ 1.415 em 31 de dezembro de 2017).

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto.

Em 09 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração propôs a distribuição de dividendos e a Assembleia Geral deliberou a distribuição do montante de R\$ 2.358 a título de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ainda não distribuído no trimestre findo em 31 de março de 2018.

Em 31 de março de 2018, o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 2.421 (R\$ 2.421 em 31 de dezembro de 2017).

d. Reserva estatutária

O estatuto social da Companhia prevê que até 10% do lucro líquido, ajustado nos termos do estatuto, deduzido o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinado para reserva estatutária, denominada reserva de investimento, com a finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, limitado ao Capital Social da Companhia.

e. Reserva de capital

O saldo da conta de reserva de capital, é decorrente da emissão de novas ações, transferência do saldo das opções exercidas da conta de “Plano de Opção” e cancelamento de ações mantidas em tesouraria. Em 31 de março de 2018, o saldo da reserva de capital é de R\$ 3.236 (R\$ 3.236 em 31 de dezembro de 2017) advindos da reserva de lucro, baseada em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de março de 2017.

f. Reserva de lucro

O saldo em reserva de lucro em 31 de março de 2018 é de R\$ 7.072 (R\$ 7.072 em 31 de dezembro de 2017).

g. Recompra de ações

Em 09 de maio de 2017, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações de até 200 mil ações representativas, portanto, de até 1,35% do total de ações em circulação.

Em 15 de maio de 2017, mediante o programa de recompra de ações acima, foram incorporadas a tesouraria o montante de R\$ 624, equivalente a 156 mil ações.

17 (Prejuízo) por ação

a. (Prejuízo) por ação básico

O cálculo do prejuízo por ação foi feito com base no prejuízo da Companhia atribuído aos acionistas controladores e na média ponderada de ações ordinárias, conforme demonstrado abaixo:

	Individual & Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
(Prejuízo) atribuível aos acionistas	(3.548)	(3.209)
<i>Média ponderada no número de ações ordinárias</i>		
Ações ordinárias no início	44.115	44.115
Ações em tesouraria (nota 16.g)	(156)	-
Total de ações em circulação no início	43.959	44.115
Total de ações em circulação no final	43.959	44.115
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação da Companhia	43.959	44.115
(Prejuízo) básico por ação	(0,08)	(0,07)

b. (Prejuízo) diluído por ação

Para o cálculo do prejuízo diluído por ação, pressupomos o exercício das opções de compra de ações já outorgadas:

	Individual & Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
(Prejuízo) atribuível aos acionistas	(3.548)	(3.209)
Média ponderada no número de ações ordinárias em circulação da Companhia	43.959	44.115
Ajuste por opção de compra de ações (nota 21)	2.275	2.275
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o prejuízo diluído por ação	46.234	46.390
(Prejuízo) diluído por ação	(0,08)	(0,07)

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Receita relacionada à taxa de administração	10.055	12.609
Tributos sobre taxa de administração (i)	(276)	(265)
	9.779	12.344

(i) Saldo composto por impostos sobre receita bruta (ISS, PIS e COFINS).

Os Fundos Tarpon seguem o conceito de “*high water mark*” (marca d’água). Assim, somente é cobrada taxa de performance dos Fundos Tarpon se o valor da cota no momento da apuração superar o valor da cota no momento da última cobrança de performance, ou seja, última marca d’água, ajustada pelo seu parâmetro de rentabilidade.

Conseqüentemente, o valor das receitas relacionadas com taxas de performance podem sofrer variações significativas de ano a ano de acordo com: (i) as flutuações no valor dos ativos líquidos das carteiras dos Fundos Tarpon, (ii) o desempenho das carteiras comparado com as taxas mínimas de rentabilidade (*hurdle rate*) para cada fundo e (iii) a realização dos investimentos ilíquidos (uma vez que, taxas de performance relacionadas a esses investimentos são cobradas somente quando da realização do investimento).

19 Despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Manutenção do escritório	-	-	(492)	(490)
Serviços de terceiros	(342)	(170)	(684)	(699)
Despesas de representação	-	-	(35)	(42)
Depreciação e amortização (notas 11 e 12)	-	-	(26)	(80)
Despesas com sistema de informação	-	-	(144)	(64)
Despesas com taxas e demais contribuições	(10)	(28)	(36)	(90)
Outros gastos	(34)	(34)	(165)	(175)
	(386)	(232)	(1.582)	(1.640)

20 Resultado com ativos financeiros

	Individual		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação em CDB	-	-	10	-
Rendimentos de aplicação Compromissada	-	-	-	623
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	376	-
Atualizações monetárias	14	-	85	89
Varição cambial ativa	-	-	16	-
	14	-	487	712
Despesas financeiras				
Despesa com instrumentos financeiros derivativos (i)	-	-	-	(302)
Atualizações monetárias	-	-	(71)	(89)
Tributos sobre receitas financeiras	-	-	(18)	-
	-	-	(89)	(391)
Resultado financeiro	14	-	398	321

(i) Valores correspondem ao ajuste líquido da marcação a mercado no período dos contratos de SWAP efetuados pela Companhia.

21 Plano de opções de compra de ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia, em 16 de fevereiro de 2009. Este Plano permite a outorga de 13.724 mil ações, cujos termos, condições de aquisição, prazo máximo das opções outorgadas e a forma de liquidação estão abaixo descritos.

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia, bem como pessoas vinculadas a empresas de portfólio dos Fundos Tarpon ou que prestem serviços à Companhia, mediante determinação do Conselho da Administração, adquiram ações ordinárias da Companhia, representando até 25% das ações de emissão da mesma. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia.

Do total das opções outorgadas no Plano, (a) até 70% podem ser outorgadas a partir da data de entrega em vigor do Plano, (b) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, (c) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, (d) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2011, e (e) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2012. As Opções não outorgadas em qualquer data de outorga acima prevista poderão ser outorgadas nas datas de outorga subsequentes.

As opções outorgadas tornam-se exercíveis, conforme disposto a seguir:

- Primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 anuais aniversários subsequentes a 1º de julho de 2009;
- Segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários anuais subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- Opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga, com exceção das devolvidas. A mesma regra é válida para as opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, 1º de julho de 2011 e 1º de julho de 2012.

As opções outorgadas e não exercidas que se tornarem disponíveis para outorga em caso de desligamento do respectivo titular poderão ser outorgadas novamente em qualquer data até 1º de julho de 2017, sendo que tais opções tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada um dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Caso os atuais acionistas controladores deixem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva data em que se tornar exercível.

O exercício das opções objeto do plano está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo do beneficiário com a Companhia. Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

O preço de exercício de cada outorga de opções equivale ao maior valor entre (i) R\$5,60 por ação (ajustado por dividendos distribuídos pela Companhia desde a data da aprovação inicial do Plano até a data da outorga da respectiva opção) e (ii) 75% da cotação da ação no pregão anterior à data de outorga. O preço de exercício das opções será reduzido por dividendos distribuídos pela Companhia até o limite do maior valor entre R\$2,53 por ação ou 45% da cotação das ações na data anterior à outorga da respectiva opção.

O preço de exercício da opção deverá ser pago integralmente pelo participante em dinheiro. Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas pelo prazo de 12 meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

A seguir, as descrições de cada outorga (individual/consolidado):

Outorgas					Devoluções		Exercício			Exercer em 31 de março de 2018		
Outorga	Data	Qtde.	Valor Justo Inicial	Custo Outorga	Qtde.	Valor	Qtde.	Preço Médio	Valor	Qtde.	Preço de Exercício	Valor
1º	10/03/2009	6.894	0,39	2.668	(132)	(51)	(6.762)	2,59	(17.534)	-	-	-
2º	10/03/2009	768	0,39	297	(106)	(41)	(662)	2,59	(1.716)	-	-	-
3º	30/11/2009	2.493	4,08	10.180	(384)	(1.568)	(1.923)	3,06	(5.884)	186	3,06	569
4º	19/02/2010	530	4,62	2.449	(184)	(850)	(325)	3,38	(1.098)	21	3,38	71
5º	18/08/2010	1.115	6,72	7.491	(299)	(2.009)	(684)	5,55	(3.797)	132	5,15	680
6º	05/08/2011	960	8,07	7.745	(326)	(2.630)	(257)	8,73	(2.245)	377	8,75	3.300
7º	09/08/2012	560	6,51	3.645	(312)	(2.031)	(78)	8,99	(701)	170	7,02	1.193
8º	20/09/2012	50	6,88	344	-	-	-	-	-	50	7,81	391
9º	10/10/2013	1.192	8,15	9.713	-	-	-	-	-	1.192	10,22	12.179
10º	03/03/2015	147	5,80	853	-	-	-	-	-	147	7,57	1.112
Total		14.709		45.385	(1.743)	(9.180)	(10.691)		(32.952)	2.275		19.495

Quanto aos saldos apropriados na conta de plano de opção de ações, tanto no patrimônio líquido quanto no resultado (consolidado), temos:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Plano de opção de ações ao resultado	(122)	(291)

A avaliação do Plano de Opção de Compra de Ações é elaborada utilizando o modelo de árvore binomial, que foi aplicado na data de cada outorga considerando os parâmetros de mercado. As seguintes premissas foram adotadas na data de cada outorga:

	10 de março de 2009 (*)	30 de novembro de 2009	19 de fevereiro de 2010	18 de agosto de 2010	5 de agosto de 2011	9 de agosto de 2012	20 de setembro de 2012	10 de outubro de 2013	3 de março de 2015
Volatilidade média anual	70%	34%	28%	23%	20%	24%	20%	19%	27%
Preço na outorga da ação	1,29	6,87	7,84	11,45	15,20	12,65	13,77	15,44	10,59
Preço de exercício das opções objeto do plano nos termos do programa	5,60	5,40	5,63	8,59	11,40	9,49	10,12	11,63	7,91
Taxa de juros livre de risco	13,00%	8,75%	8,63%	10,75%	11,90%	10,15%	9,10%	11,78%	13,00%
Dividendos esperados	0,62	0,47	0,45	0,69	6%	6%	6%	6%	6%

(*) Nesta data, as ações da Tarpon Investimentos S.A. não eram negociadas na [B]3.

Para a determinação da volatilidade esperada, foram utilizados entre outros parâmetros os índices Ibovespa e o preço de negociações das ações da Tarpon (TRPN3), durante os períodos os quais as opções foram outorgadas.

22 Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/03/2018		31/03/2017	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Apuração da base de cálculo				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.548)	(4.153)	(3.209)	(1.220)
Efeito do lucro antes dos impostos das controladas com diferentes regimes de tributação	-	91	-	972
Base de apuração	(3.548)	(4.062)	(3.209)	(248)
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 9%	1.206	1.381	1.091	84
Adições/exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(1.070)	-	(1.007)	-
Efeito da tributação na TISA NY	-	406	-	(505)
Efeito da tributação na Tarpon Gestora - Lucro presumido (ii)	-	-	-	(1.453)
Gratificações e encargos correlacionados	-	(1.050)	-	-
Brindes	-	(1)	-	-
Adicional de imposto de renda	-	6	-	-
Crédito tributário sobre diferenças temporárias não contabilizado (i)	(136)	(136)	(84)	(84)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	697	-	(1.958)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 22.b)	-	(1.302)	-	(31)
Imposto de renda e contribuição social no período	-	(605)	-	(1.989)

- (i) Devido ao fato da Companhia Tarpon Investimentos S.A. não ter expectativa de gerar receitas tributáveis, não foi constituído crédito tributário.
- (ii) Em 31 de março de 2017, os impostos da Tarpon Gestora de Recursos S.A incidiram substancialmente sobre o total de suas receitas operacionais do trimestre, no montante de R\$ 12.609. Em 01 de janeiro de 2018, o regime de tributação foi alterado para o lucro real.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativo fiscal diferido em 31/12/2017	-
Contingências fiscais constituídas no trimestre	62
Atualização de depósitos judiciais	25
Gratificações e encargos correlacionados	1.197
Outros ativos fiscais diferidos	43
	1.327
Ativo fiscal diferido em 31/03/2018 (nota 8)	1.327
Passivo fiscal diferido em 31/12/2017	(295)
Atualização de depósitos judiciais	(25)
	(320)
Passivo fiscal diferido em 31/03/2018	(320)
Crédito tributário constituído em 31/03/2018 (i)	1.302

- (i) Conforme nota explicativa 3.1, a Companhia “Tarpon Gestora”, à partir de 2018, realiza sua apuração de impostos sobre o lucro com base no Lucro Real. De acordo com a apuração do realizada no primeiro trimestre de 2018, a entidade gerou ativos e passivos diferidos, conforme demonstrado, os quais foram reconhecidos, pois há expectativa de lucro tributável futuro.

23 Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Depósitos Judiciais

a) Depósito judicial

A Companhia está discutindo judicialmente o imposto sobre serviço (ISS) incidentes sobre a exportação de serviço de administração da carteira de fundos no exterior.

A Companhia provisiona mensalmente os valores relativos a esta contingencia de ISS, os quais estão sendo recolhidos via depósito judicial:

Ação	Provisão ISS - R\$ (Nota 14)	Deposito judicial - R\$ (Nota 9)
Interposição para não recolhimento do ISS sobre exportação de serviço	4.727	4.727

b) Movimentação dos Passivos Fiscais

A Tabela abaixo demonstra a movimentação das contingências, cuja a perspectiva de perda é definida como provável:

Saldo inicial - Dezembro 2017	4.471
Constituição	185
Atualização	71
Saldo final - Março 2018	4.727

Risco classificado como perda possível:

Em junho de 2010, a Companhia efetuou a compensação de montantes de PIS/COFINS recolhidos a maior. Tal compensação foi indeferida pela Receita Federal, sendo que a Companhia atualmente pleiteia sua homologação. O montante total envolvido é de R\$ 208, sendo R\$ 326 atualizado até 31 de março de 2018 e R\$ 324 atualizado até 31 de dezembro de 2017. Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a avaliação de risco de perda para a Companhia é possível.

A administração da Companhia contesta a referida autuação. Como a avaliação de probabilidade de perda é considerada possível, nenhuma provisão foi constituída pela Companhia.

24 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as operações que influenciaram os resultados dos mesmos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de operações da Companhia com profissionais-chave da Administração.

	Consolidado	
	Ativo /	
	(Passivo / Patrimônio Líquido)	
	31/03/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo à administração (*)	(3.500)	(1.022)
Plano de opção de ações para a administração	-	(10.167)

	Consolidado	
	Receita /	
	(Despesa)	
	31/03/2018	31/03/2017
Benefícios de curto prazo à administração (*)	(5.410)	(4.825)
Plano de opção de ações para a administração	-	(123)

(*) O pessoal chave da Administração não faz jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

No individual há um saldo de R\$ 6.292 (R\$ 6.292 em 31 de dezembro de 2017) que refere-se a um contrato de mútuo entre a Companhia e sua subsidiária Tarpon Gestora de Recursos S.A., sem incidência de juros e prazo de liquidação de até 2 anos (nota 13). A Companhia mantém em seu passivo, saldo a liquidar com a Tarpon Gestora, relacionado às despesas pagas pela controlada em nome da própria Companhia. O saldo em 31 de março de 2018, é de R\$ 1.365 (R\$ 979 em 31 de dezembro de 2017).

25 Eventos subsequentes

- Em 04 de abril de 2018 foi proferido despacho decisório por parte da Receita Federal do Brasil, não homologando a compensação declarada eletronicamente. O fato gerou um processo administrativo nº 16327.901028/2018-51, no qual o órgão pleiteia o montante de R\$ 863. A contingência não foi contabilizada pois, segundo o escritório de advocacia que patrocina a causa, trata-se de um processo possível de perda. A Companhia por sua vez, entrou com manifestação de inconformidade e aguarda análise por parte das autoridades.
- Em 23 de abril de 2018, a Companhia anunciou ao mercado a venda de 73,35% das ações da Somos Educação S/A., mantidas até então por fundos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S/A. (subsidiária). O cumprimento das premissas acordadas estão sujeitas à análise do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e à condições precedentes do contrato. . A Tarpon Gestora possui expectativa de ganhos, através de performance na venda.

* * *

Diretoria

Diretor-Presidente

José Carlos Reis de Magalhães Neto

Contador

Henrique Luiz Gonzaga
CRC 1SP256056//O-0